

PARA UMA CARACTERIZAÇÃO FORMAL E FUNCIONAL DA TROCA SUBORDINADA DE CLARIFICAÇÃO

FOR A FORMAL AND FUNCTIONAL CHARACTERIZATION OF SUBORDINATE CLARIFICATION EXCHANGE

Gustavo Ximenes Cunha*

gustavoxcunha@gmail.com

O intuito deste trabalho é obter uma melhor caracterização tanto formal quanto funcional de uma propriedade estrutural do discurso: a troca subordinada de clarificação. Com base em contribuições teóricas da Escola de Genebra, procuramos aprofundar o entendimento, apontado em pesquisa desenvolvida previamente (Cunha 2019a), de que a abertura de uma troca subordinada de clarificação constitui um recurso de que um dos interlocutores se vale para evidenciar que, de seu ponto de vista, o outro adotou um comportamento inadequado, quando elaborou sua intervenção. Para alcançar esse objetivo, apresentaremos inicialmente características formais e funcionais da troca subordinada de clarificação. Em seguida, ampliando sua caracterização funcional, abordaremos as implicações interacionais da abertura desse tipo de troca, focalizando, em especial, o impacto dessa abertura para a co-construção de imagens identitárias pelos interlocutores. À luz da caracterização proposta, analisaremos o uso desse recurso em um excerto de debate eleitoral ocorrido em 2016, durante a campanha presidencial de Portugal. O debate, promovido pela emissora RTP (Rádio e Televisão de Portugal), teve como participantes os então candidatos à presidência Marcelo Rebelo de Sousa (atual Presidente da República) e Maria de Belém Roseira.

Palavras-chave: Troca subordinada de clarificação. Interação. Discurso.

The objective of this paper is to obtain a better characterization, both formal and functional, of a structural property of discourse: the subordinate exchange of clarification. Based on theoretical contributions from the Geneva School, we seek to deepen the understanding, pointed out in Cunha (2019a), that the opening of a subordinate exchange of clarification is a resource that one of the speakers uses it to show that, from his point of view, the other adopted an inappropriate behavior when he elaborated his intervention. To achieve this goal, we will initially present formal and functional characteristics of subordinate exchange of clarification. Then, expanding its functional characterization, we will study the interactional implications of opening this type of exchange, focusing, in particular, on the impact of this opening for the co-construction of identity images by the speakers. Based on the proposed characterization, we will analyze the use of this resource in an excerpt from the electoral debate that took place in 2016, in Portugal's presidential campaign. The participants in the debate, promoted by the broadcaster RTP (Rádio e Televisão de Portugal), were the presidential candidates Marcelo Rebelo de Sousa (current President of the Republic) and Maria de Belém Roseira.

* Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil. ORCID: 0000-0001-9953-1204.

Keywords: Subordinate exchange of clarification. Interaction. Discourse.

•

1. Introdução

Na perspectiva da Escola de Genebra (Roulet, Auchlin, Moeschler, Rubattel, & Schelling 1985; Roulet, Filliettaz, & Grobet 2001), a troca diz respeito à unidade textual dialogal máxima e corresponde ao processo de negociação por meio do qual dois ou mais locutores elaboram intervenções: proposições, reações, contra-proposições e ratificações. Cada intervenção constitutiva da troca se liga à intervenção anterior e à posterior por relações ilocucionárias, como pedido, pergunta, resposta, etc. A complexidade estrutural interna de cada intervenção depende dos propósitos comunicativos dos interlocutores e do modo como avaliam as exigências recíprocas de completude. Assim, uma intervenção pode ser formada tanto por um único ato (unidade mínima de análise adotada por essa abordagem), quanto por vários atos, intervenções e trocas entre os quais se verificam relações hierárquicas de subordinação (Roulet *et al.* 2001).

Adotando essa perspectiva analítica no estudo de interações polêmicas ou conflituosas, perspectiva que será apresentada de forma mais desenvolvida no próximo item, verificamos, em estudo anterior, que os protagonistas desse tipo de interação tipicamente realizam as ações de a) expandir a troca, adiando seu encerramento, b) evitar um acordo sobre o encerramento da troca e/ou c) pedir esclarecimentos sobre as intervenções produzidas (Cunha 2019a). Ainda nesse estudo, observamos que cada uma dessas ações é a responsável pela emergência, no discurso, de uma propriedade estrutural específica (Cunha 2019a).

No que se refere à primeira ação, a expansão da troca ocorre quando um dos interlocutores reage de forma negativa à proposição (pedido, pergunta, aviso etc.) elaborada pelo locutor. A essa reação negativa este pode responder elaborando uma contra-proposição (nova formulação da proposição inicial) que pode receber nova reação negativa (Roulet *et al.* 2001). Essa alternância de contra-proposições e de reações negativas é a propriedade estrutural que subjaz à expansão de uma troca (Roulet *et al.* 1985) e que permite caracterizá-la como polêmica, tendo em vista que nela os interlocutores, dialogando entre si, trocam réplicas, as reações negativas (Culpeper, Bousfield, & Wichmann 2003; Rodrigues 2005), e mantêm um antagonismo de opiniões (Amossy 2017).

Quanto à segunda ação (evitar um acordo sobre o encerramento da troca), é comum os interlocutores sinalizarem que uma troca chegou ao fim.¹ Esse é o papel das trocas confirmativas presentes ao final do encontro (Goffman 1973), por meio das quais os interlocutores trocam despedidas e minoram ou anulam as consequências negativas que eventuais problemas de natureza ritual surgidos ao longo da interação poderiam trazer para encontros futuros (Bousfield 2007; Goffman 1973). É também o papel do

¹ Essa ação corresponde à restrição do duplo acordo proposta por Roulet (1999; Roulet *et al.* 1985; Roulet *et al.* 2001).

agradecimento, ato por meio do qual o locutor, ao agradecer, por exemplo, uma informação recebida, ratifica essa informação, expressando a pertinência tanto da informação quanto do comportamento de seu interlocutor, e indica o encerramento da troca. Por esse motivo, a ausência de trocas confirmativas finais ou de ratificações é uma propriedade estrutural que revela que os interlocutores não chegaram a um acordo, preferindo (ou sendo levados a) encerrar a troca ou a interação de forma abrupta. Nesse sentido, essa ausência revela que, nas trocas verbais polêmicas, o comportamento não-marcado ou esperado é o desacordo, por meio do qual o locutor revela ao interlocutor não haver possibilidade de manutenção do diálogo (Doury & Kerbrat-Orecchioni 2011; Oléron 1995), bem como o desejo de reafirmar os ataques perpetrados contra a autoimagem (face) que o interlocutor reivindicou na interação (Culpeper 2011).

No que concerne à terceira e última ação mencionada (pedidos de esclarecimentos sobre as intervenções trocadas), cada intervenção produzida pelo locutor é objeto da avaliação do interlocutor (Roulet 1986, 1987, 1999; Roulet *et al.* 1985). Assim, este apenas pode reagir positiva ou negativamente à intervenção produzida pelo locutor (por exemplo, aceitando ou recusando um convite), se a avalia como suficientemente adequada, ou seja, completa e justificada. De contrário, pode iniciar uma negociação secundária cuja função é solicitar esclarecimentos seja sobre o conteúdo informacional da intervenção, seja sobre as próprias condições de produção dessa intervenção. Por isso, as trocas subordinadas de clarificação, que, como veremos adiante, materializam as negociações secundárias, constituem uma propriedade estrutural que evidencia que um dos participantes da interação julgou inadequada a intervenção produzida pelo outro.

Em Cunha (2019a), verificamos que uma interação polêmica ou conflituosa se caracteriza pela ocorrência de qualquer uma dessas três propriedades estruturais ou de todas em conjunto. Em outros termos, a presença e a frequência de uma dessas propriedades ou de todas em uma interação constituem evidência formal de que os interlocutores desenvolveram um processo de negociação polêmico ou conflituoso. A partir dessa caracterização, obteve-se uma definição da interação polêmica que abarca as trocas verbais orais (Oléron 1995), não a limitando às trocas verbais escritas (Roulet 1989), e que se caracteriza pela estrutura de troca (“macro-estrutura dialogal”, Rodrigues 2005, p. 854), pela alternância de réplicas das partes em conflito (Culpeper, Bousfield, & Wichmann 2003; Moeschler 1982; Rodrigues 2005, 2008; Rodrigues & Silvano 2015) e pela ausência de acordo (Amossy 2017; Doury & Kerbrat-Orecchioni 2011; Moeschler 1982).

Aprofundando a pesquisa brevemente apresentada, nosso intuito neste trabalho é obter uma melhor definição tanto formal quanto funcional da terceira dessas propriedades estruturais: a troca subordinada de clarificação. Especificamente, procuramos aprofundar o entendimento, apenas apontado em Cunha (2019a) de que a abertura de uma troca subordinada de clarificação constitui um recurso de que um dos interlocutores se vale para evidenciar que, de seu ponto de vista, o outro adotou um comportamento inadequado, quando elaborou sua intervenção. Nessa perspectiva, a troca subordinada de clarificação surgiria, assim, como um recurso por meio do qual os interlocutores podem expressar e negociar seu entendimento do contexto, re/avaliando seus modos de agir, bem como as expectativas que lhes são subjacentes. Ao mesmo tempo, constituiria um recurso valioso

para o pesquisador entender o que se passa em uma interação ou o modo de participação dos interlocutores nesse contexto.

Para alcançar o objetivo definido, apresentaremos inicialmente características formais e funcionais da troca subordinada de clarificação. Em seguida, ampliando sua caracterização funcional, abordaremos as consequências interacionais decorrentes da abertura desse tipo de troca, focalizando, em especial, o impacto dessa abertura para a co-construção de imagens identitárias pelos interlocutores. À luz da caracterização proposta, analisaremos o uso desse recurso em uma troca agonial: o excerto de um debate eleitoral ocorrido em 2016, durante a campanha presidencial de Portugal.² O debate, promovido pela emissora RTP (Rádio e Televisão de Portugal), teve como participantes os então candidatos à presidência Marcelo Rebelo de Sousa (atual Presidente da República) e Maria de Belém Roseira.

2. Troca subordinada de clarificação: caracterização formal e funcional

Para que uma troca possa se desenvolver, a intervenção produzida pelo locutor precisa ser considerada adequada pelo interlocutor (Roulet 1999; Roulet *et al.* 1985; Roulet *et al.* 2001). Por exemplo, para que este possa reagir a um convite do locutor, expressando seu aceite ou sua recusa, a intervenção em que o convite é expresso precisa ser avaliada pelo interlocutor como adequada. Roulet concebe a necessidade de que cada intervenção seja suficientemente adequada em termos de um princípio, o princípio de completude monológica (Roulet *et al.* 1985; Roulet *et al.* 2001). Conforme esse princípio, a avaliação do interlocutor está submetida a duas restrições: a comunicativa e a ritual. Assim, o interlocutor apenas reage positiva ou negativamente, se, para ele, a intervenção do locutor é completa ou informativa (restrição comunicativa) e é justificada, não colocando em risco as faces e os territórios em jogo (restrição ritual) (Cunha 2020, 2021).³

Caso o interlocutor avalie que a intervenção produzida pelo locutor não atende a uma dessas restrições ou às duas, não lhe permitindo reagir nem positiva, nem negativamente, ele pode pedir esclarecimentos sobre o conteúdo informacional, sobre o modo como o locutor elaborou a intervenção ou sobre suas condições de produção. É o que ocorre nesta troca⁴:

² Uma análise preliminar desse excerto foi apresentada em comunicação oral no *International Symposium on Linguistics, Cognition and Culture*, ocorrido na Faculdade de Letras, da Universidade Federal de Minas Gerais, em 2019. No trabalho, intitulado “Estudo do uso de uma estratégia de impolidez em debates eleitorais realizados no Brasil e em Portugal”, propusemos uma comparação entre o debate eleitoral português e o brasileiro.

³ A face diz respeito ao “valor social positivo que uma pessoa efetivamente reivindica para si mesma pela linha que os outros pressupõem que ela seguiu durante um contato particular” e à “imagem do eu delineada em termos de atributos sociais aprovados” (Goffman 1967, p. 5). Já o território corresponde aos direitos que cada pessoa reivindica e à defesa desses mesmos direitos. Os direitos que formam o território de cada um constituem um campo de objetos físicos e simbólicos, cujos limites costumam ser preservados e defendidos (Goffman 1973). As noções de face e território são reinterpretadas, em Brown e Levinson (1987), como face positiva e face negativa, respectivamente (Cunha 2020).

⁴ Para maior clareza na exposição das proposições teóricas, valem-nos neste ponto do trabalho de uma troca elaborada por nós. Porém, no item de análise, essas proposições serão empregadas no estudo das trocas subordinadas de clarificação de uma interação autêntica: o excerto do debate eleitoral protagonizado pelos então candidatos à Presidência da República, Marcelo Rebelo de Sousa e Maria de Belém Roseira.

(1)

A: Vamos ao cinema?

B: Que dia é a sessão?

A: Sábado.

B: Não posso. Viajo na sexta.

Após o convite de A (“Vamos ao cinema?”), B pede um esclarecimento (“Que dia é a sessão?”) por meio do qual evidencia que avaliou o convite como inadequado do ponto de vista informacional ou como insuficientemente informativo. É somente após a resposta de A (“Sábado”) que B entende ter condições de reagir negativamente ao convite (“Não posso. Viajo na sexta.”).

A troca em que B pede o esclarecimento (“B: Que dia é a sessão? A: Sábado”) tem como função complementar o convite de A ou torná-lo suficientemente completo aos olhos de B. Por isso, essa troca deve ser compreendida como parte da intervenção em que se faz o convite, que, nessa perspectiva, constitui um produto não só do locutor (A), mas também do interlocutor (B), já que ambos participam de sua construção. É nesse sentido que, para Roulet, mesmo unidades do discurso monológicas, como uma intervenção (um convite, um pedido, um aviso), podem ser dialogais, ou seja, produzidas por dois ou mais locutores (Roulet 1982; Roulet *et al.* 1985; Roulet *et al.* 2001). Quanto à estrutura da intervenção de convite, a troca que se inicia com o pedido de esclarecimento terá um estatuto de subordinada em relação ao constituinte (ato ou intervenção) que busca complementar, que, por isso, terá o estatuto de principal. Essa subordinação é atestada pela possibilidade de supressão da troca, sem comprometimento do sentido global da interação:

(2)

A: Vamos ao cinema?

B: Não posso. Viajo na sexta.

Além disso, a relação que liga a troca subordinada às informações expressas no constituinte principal é de clarificação⁵, uma vez que nesse tipo de troca a proposição com a qual o interlocutor a inicia constitui sempre um pedido de esclarecimento sobre esse constituinte. O pedido, formulado tipicamente em construção interrogativa (“Que dia é a sessão?”), pode ser formulado em construções declarativas (“Vai depender do dia da sessão”) ou imperativas (“Me diga o dia da sessão”).

Esse processo de subordinação pode ser representado por meio de uma estrutura hierárquica em que toda a troca entre os interlocutores é composta por uma intervenção iniciativa (o convite) e por uma intervenção reativa (a recusa). Por sua vez, a intervenção iniciativa é formada por um constituinte principal (ato ou intervenção) ao qual se

⁵ Constituintes subordinados (troca, intervenção e ato) podem se ligar às informações expressas em um constituinte principal (intervenção e ato) por outras relações de discurso, tais como argumento, contra-argumento, preparação, comentário, reformulação, topicalização (Roulet *et al.* 2001; Roulet 2006). Tendo em vista nossos interesses, as trocas subordinadas que se ligam por essas outras relações a constituintes principais não serão estudadas neste trabalho, mas seu estudo é fundamental para a compreensão ampla do fenômeno da subordinação de trocas no discurso.

subordina a troca subordinada de clarificação (doravante, $T_{s_{cla}}$), troca que também é formada por intervenção iniciativa e por intervenção reativa.⁶ Aplicado ao exemplo anterior, esse modo de representação do processo de negociação resulta na estrutura hierárquica presente na Figura 1 (troca = T, intervenção = I, ato = A, principal = p, subordinado = s, clarificação = cla, iniciativa = In, reativa = Re).

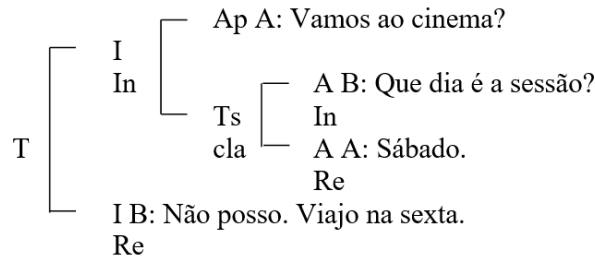


Figura 1. Troca de convite.

É possível estabelecer um paralelo entre a $T_{s_{cla}}$ e as sequências de inserção, descritas no quadro da análise da conversa de orientação etnometodológica (Schegloff 2007). Tanto uma $T_{s_{cla}}$ quanto uma sequência de inserção compartilham algumas características:

- costumam localizar-se entre os turnos de um par adjacente (por exemplo, entre o convite e o aceite), vindo, portanto, logo após o turno avaliado como inadequado/problemático⁷;
- em função da característica (a), adiam a produção do segundo turno do par adjacente em que se inserem (por exemplo, retardam a produção do aceite);
- costumam se iniciar por uma pergunta cuja finalidade é tornar mais claro o primeiro turno do par adjacente em que se inserem;
- são necessárias para a produção do segundo turno do par adjacente em que se inserem;
- podem ser hetero-iniciadas, ou seja, podem apresentar o primeiro turno produzido pelo participante da interação de quem se espera a produção do segundo turno do par adjacente em que se inserem;
- apresentam o segundo turno produzido pelo participante da interação que produziu o primeiro turno do par adjacente em que se inserem, ou seja, o responsável pelo turno avaliado como inadequado/problemático.

Porém, há especificidades na definição das sequências de inserção que impedem uma completa assimilação dessa noção e da $T_{s_{cla}}$. Para Schegloff (2007), as sequências de inserção são motivadas por problemas de ordem comunicativa ou informacional que impedem o ouvinte de produzir o segundo turno do par adjacente em que a sequência se

⁶ Como veremos no item de análise, é possível que qualquer uma das intervenções da troca subordinada seja formada por um constituinte principal e por outra troca subordinada, já que, como em sintaxe, o processo de subordinação dos constituintes textuais (trocas, intervenções e atos) se caracteriza pela recursividade (Roulet *et al.* 2001).

⁷ Desvios em relação ao local mais esperado (ou natural) para a ocorrência de uma sequência de inserção são descritos em Schegloff (2000).

insere. Por isso, essas são sequências de reparo que o ouvinte inicia, quando não ouviu ou não compreendeu bem a fala precedente, sendo o primeiro turno dessas sequências tipicamente formado por perguntas como: “Quando?”, “Onde?”, “O quê?” (Schegloff 2000, 2007; Schegloff, Jefferson & Sacks 1977).

Já as T_{scla} podem ser abertas para o reparo de um problema de natureza comunicativa ou informacional identificado no turno precedente, como as sequências de inserção, mas podem ser abertas ainda para o reparo de um problema de natureza ritual, ligado a um ataque às faces e aos territórios dos interlocutores. Isso porque, como já mencionado, para que o interlocutor possa reagir positiva ou negativamente à intervenção precedente, esta deve ser avaliada por ele como completa não só do ponto de vista comunicativo, mas também do ritual (Cunha 2020, 2021; Roulet 1999; Roulet *et al.* 1985; Roulet *et al.* 2001).

Assim, o primeiro turno de uma T_{scla} pode ser tanto uma pergunta como “Onde?”, com a qual se busca informação omitida ou não compreendida, quanto uma pergunta como “Por que tanta agressividade?”, com a qual se questiona não um aspecto comunicativo, mas ritual, ligado ao modo esperado de os interlocutores se tratarem na interação. Nesse sentido, se, como exposto, uma das características compartilhadas por sequências de inserção e T_{scla} é a de se iniciarem tipicamente por uma pergunta que busca tornar mais claro o primeiro turno do par adjacente em que se inserem, essa pergunta na T_{scla} pode ter por função resolver mais do que problemas puramente comunicativos. Por isso, ainda que haja semelhanças entre a sequência de inserção e a T_{scla} , deve ficar claro que a T_{scla} não se reduz às sequências de inserção (ou de autorreparo hetero-iniciado). Por hipótese, essas sequências poderiam ser entendidas como um tipo de T_{scla} .

Além disso, no âmbito da análise da conversa (Schegloff 2000, 2007; Schegloff *et al.* 1977), a descrição das sequências de inserção e mesmo da tipologia dos mecanismos de reparo na interação não se ocupa de forma sistemática das consequências interacionais que mesmo a produção de uma sequência de reparo provoca e das quais trataremos no item a seguir. Nesse item, buscaremos extrair as implicações que decorrem do fato de que, do ponto de vista funcional, a T_{scla} permite àquele que a inicia expressar sua avaliação de que a intervenção produzida pelo outro é inadequada.

3. Troca subordinada de clarificação (T_{scla}) e suas implicações interacionais

Como vimos, a abertura de uma T_{scla} é um recurso com que o interlocutor sinaliza ao locutor que este produziu uma intervenção inadequada do ponto de vista comunicativo, do ritual ou de ambos.⁸ Esse tipo de troca exhibe, assim, uma natureza metadiscursiva, na medida em que permite aos interlocutores revelarem o modo como compreendem e avaliam os parâmetros do contexto em que estão inseridos⁹ e, conseqüentemente, suas

⁸ Para maior clareza, empregaremos de forma sistemática, deste ponto em diante do trabalho, o termo *locutor* para referirmos o agente responsável pela produção da intervenção avaliada como inadequada e o termo *interlocutor* para referirmos o agente responsável pela avaliação da intervenção, ou seja, pela abertura da T_{scla} .

⁹ Por parâmetros do contexto, entendemos os elementos de natureza psicossocial que são significativos para o desenvolvimento da interação (Filliettaz 2000, 2006, 2014). Alguns desses parâmetros são: o tipo de elo social que associa os interlocutores, o modo típico de gerir a distribuição dos turnos de fala ou de escritura,

expectativas sobre o modo mais adequado de (inter)agirem em uma dada situação. Por isso mesmo, a abertura de uma $T_{s_{cla}}$ tem implicações interacionais importantes.

Na interação analisada anteriormente, a pergunta com que B inicia a $T_{s_{cla}}$ (“Que dia é a sessão?”), ao apontar a incompletude informacional do convite de A, revela uma expectativa de B sobre o modo mais adequado de se fazer um convite (algo como: *quem convida para ir ao cinema deve especificar o dia da sessão*) e revela, ao mesmo tempo, que, em relação a essa expectativa, A adotou um comportamento desviante, ao não especificar o dia da sessão. Por isso, a pergunta com que B abre a troca constitui uma objeção ao modo como A escolheu construir sua intervenção ou sobre a completude dessa intervenção.

A realização de uma objeção sobre a completude da intervenção produzida pelo locutor, ação que se materializa na abertura de uma $T_{s_{cla}}$, tem sempre implicações para a construção das “imagens do eu” (faces e territórios) ou das imagens identitárias pelos interlocutores, ainda que os parâmetros do contexto evidentemente interfiram na maior ou menor intensidade dessas implicações, como, por exemplo, o tipo de relação (profissional, familiar, de amizade) que associa os interlocutores (Culpeper 2011; Holtgraves 1994). Essas implicações se devem ao fato de que o interlocutor, ao realizar uma objeção, revela que o comportamento do locutor, quando da elaboração de sua intervenção, contrariou ou violou expectativas para o contexto ou a linha de conduta que, segundo o interlocutor, o locutor deveria ter seguido (Cunha 2020, 2021; Cunha & Tomazi 2019).

Segundo Goffman (1956, 1967), se os interlocutores ratificam o comportamento do locutor, ele se sentirá bem, ou seja, sentirá que sua imagem pública está em conformidade com o que dele se espera ou com o tipo de interação de que participa. Porém, se os interlocutores apontam, de modo explícito – por meio de objeções – ou implícito – por meio de olhares e outros sinais –, que o comportamento do locutor é inadequado ou desviante em relação à linha de conduta esperada ou considerada a mais adequada por esses interlocutores, ele poderá sentir-se mal, experimentando os sentimentos de inibição, vergonha, constrangimento ou mesmo raiva e indignação.

Porque a construção de imagens identitárias é um fenômeno por que todos os participantes da interação são responsáveis (Goffman 1967), o mesmo raciocínio pode ser estendido aos interlocutores. Desse modo, se o comportamento do locutor corresponde ao que esperam dele os interlocutores, estes se sentirão bem ou sentirão que sua imagem pública foi respeitada pelo locutor. Mas, se o comportamento do locutor é desviante em relação à linha de conduta esperada ou considerada a mais adequada pelos interlocutores, estes poderão sentir-se desrespeitados ou ofendidos. Caso sintam que sua imagem foi atacada de alguma forma, poderão expressar que uma ofensa contra eles foi cometida pelo locutor (Goffman 1956).¹⁰ Alguns modos de expressão são objeções, reparos, críticas,

o conjunto de conhecimentos prévios de que cada interlocutor dispõe sobre o outro, o modo típico de agir em dado tipo de atividade, expectativas de cada agente sobre o modo característico ou adequado de ser tratado e de tratar o outro etc. (Bronckart 2007; Culpeper 2011; Filliettaz 2000, 2006, 2014; Holtgraves 1994; Vion 1992).

¹⁰ É o que revela com precisão o clássico experimento de Garfinkel (2018) sobre interações cotidianas. Nesse experimento, um dos interlocutores (participante da pesquisa), ao adotar um comportamento

olhares e outros sinais corporais (Kerbrat-Orecchioni 1992; Rodrigues 2006). Porque a intervenção com que o interlocutor abre uma $T_{S_{cla}}$ é uma objeção, entendemos que esse tipo de troca constitui um dos recursos de que o interlocutor pode se valer para expressar que o locutor o ofendeu.

Mais especificamente, o interlocutor, baseando-se nos parâmetros do contexto, espera que o locutor aja conforme uma linha de conduta (pré)determinada, produzindo uma intervenção suficientemente adequada tanto do ponto de vista comunicativo, quanto do ritual. Ele espera, assim, que o locutor não viole as expectativas que tacitamente regulam a interação. Se o locutor as viola e não utiliza mecanismos de reparação (justificativas, comentários, reformulações etc.), o interlocutor pode avaliar essa violação como um desrespeito ao contexto do qual as expectativas são constitutivas. O desrespeito a expectativas que regulam a interação costuma ser avaliado por seus participantes como uma afronta ou uma ofensa pessoal, já que, como propõe Goffman (1967), a imagem do eu não é um construto individual, mas sim “um empréstimo da sociedade”, algo co-construído na interação ou o resultado do modo como os interlocutores, agindo, atualizam comportamentos esperados. Por isso, a violação a expectativas que subjazem à interação pode levar o interlocutor a se sentir *pessoalmente* ofendido, isto é, ofendido enquanto pessoa (Cunha 2020, 2021; Garfinkel 2018; Goffman 1967).

Isso se comprova, por exemplo, com os efeitos emocionais provocados pela violação de expectativas rituais, como o dever de cumprimentar, agradecer, despedir, nos contextos em que esse dever é parte das expectativas que regulam a interação (Garfinkel 2018; Kerbrat-Orecchioni 2001). E mesmo a violação de expectativas comunicativas, ligadas aos aspectos mais propriamente informacionais da interação, pode ser julgada ofensiva pelo interlocutor, como, por exemplo, a expectativa de que o locutor, ao elaborar sua intervenção, dará a quantidade necessária (esperada) de informações, não omitindo informações de que o interlocutor necessita (Kerbrat-Orecchioni 1998). Se julgar que foi alvo de uma ofensa, o interlocutor pode aplicar algum tipo de punição ou uma “sanção social” (Goffman 1956), na tentativa de reparar os danos causados. No âmbito desta pesquisa, essa sanção social é a objeção, que se concretiza na abertura de uma $T_{S_{cla}}$ (Cunha 2020).

É nesse sentido que a abertura reiterada de $T_{S_{cla}}$ constitui propriedade estrutural característica das interações polêmicas, revelando e potencializando a natureza agonal dessas interações. Afinal, a indicação repetida do interlocutor, por meio das objeções que abrem as trocas, de que o locutor o ofendeu ao adotar um comportamento desviante em relação ao esperado para o contexto tem um efeito nocivo para a autoimagem do segundo, o que pode levá-lo a adotar estratégias de retaliação contra o interlocutor (Culpeper 2011; Goffman 1956, 1967), sobretudo se o contexto se caracteriza pela presença de um terceiro (uma plateia, por exemplo) (Kerbrat-Orecchioni 1995; Rodrigues 2008).

Desse modo, a $T_{S_{cla}}$, por permitir a realização de objeções, é um recurso com que os interlocutores revelam, negociam e ajustam suas expectativas para o contexto e, particularmente, qual linha de conduta cada um espera que o outro deva seguir e constitui,

desviante em relação à linha esperada, provoca nos demais (parentes e amigos do primeiro) incompreensão, espanto e mesmo sentimentos de raiva ou medo.

por isso mesmo, um objeto de estudo precioso para o pesquisador interessado em compreender como ocorre a co-construção do contexto pelos interlocutores. No próximo item, verificaremos como esse modo de compreender a ação de solicitar esclarecimentos (ou seja, de fazer objeções) por meio de uma T_{Scla} pode ser útil no estudo de uma interação em que esse recurso é intensamente empregado.

4. A abertura de trocas subordinadas de clarificação (T_{Scla}) em um debate eleitoral

A interação selecionada para análise corresponde a um excerto de debate eleitoral ocorrido em 8 de janeiro de 2016, durante a campanha pela presidência de Portugal, debate cujos protagonistas foram os então candidatos Marcelo Rebelo de Sousa e Maria de Belém Roseira. O estudo desse debate se justifica pelo fato de ele constituir um exemplar bastante representativo do gênero. Afinal, é um debate presidencial promovido por uma emissora pública de televisão, a RTP, debate do qual participou o candidato que posteriormente seria eleito Presidente da República (Marcelo Rebelo de Sousa).

No entanto, a principal motivação para seu estudo é uma característica importante do debate eleitoral português. Diferentemente do brasileiro (Cunha 2017; Cunha, Braga, & Brito 2019), o debate português se caracteriza, de modo geral, pela reciprocidade imediata entre os participantes, ou seja, pela possibilidade de retroação imediata (Marques 2017). Essa propriedade interacional do debate português, propriedade que compartilha com outros gêneros dialogais, como entrevista e conversa, é condição necessária para a emergência de uma T_{Scla} . Além dessa motivação, cabe destacar ainda a natureza agonial do gênero debate (Cunha *et al.* 2019). Como revela Marques (2008, p. 278), a natureza agonial do debate tem impacto sobre a construção do discurso, “pois uma parte significativa da interação verbal é dedicada à «negociação» e cuidado das imagens dos interlocutores.” No caso específico deste trabalho, essa natureza, como veremos, é construída, em grande medida, pela reiterada abertura de T_{Scla} .

Para uma melhor compreensão do excerto que será analisado, é importante saber que, na parte que o antecede, Marcelo Rebelo de Sousa (MR) relembra e refuta a acusação que Maria de Belém Roseira (MB) havia feito contra ele, durante a campanha, de que este seria hiperativo. O candidato relembra a acusação nesta passagem do debate, que se inicia aos 5m53 e termina aos 6m24¹¹:

(3)

MR: mas pra mim foi uma surpresa a (sua postura) nesta campanha eleitoral.. pela mudança de posição/ que já teve. várias/ mas sobretudo pelo lado psicólogo que eu não lhe conhecia\\ eu conhecia da doutora Maria de Belém muitas facetas mas não psicóloga\ portanto passou a analisar-me não os outros candidatos mas a mim como psicóloga\\ eu era hiperativo\ eu hoje por acaso estive numa instituição onde se estudam os hiperativos\ que é uma doença\ uma patologia\

¹¹ O debate completo pode ser acessado em: <<https://www.rtp.pt/play/p2199/e220294/debates-presidenciais-2016>>. As convenções de transcrição adotadas foram: / - \ (contorno melódico continuativo ascendente, plano ou descendente), // = \\ (contorno melódico conclusivo ascendente, plano ou descendente), . . . (pausa mais ou menos longa), : :: (alongamento mais ou menos acentuado), sublinhado (recobrimento de fala), [] comentário, risos, mudança de elocução ou de amplitude, () palavra cuja compreensão é incerta, (X) sílaba incompreensível (Roulet *et al.* 2001, p. 407).

portanto eu fiquei logo caracterizado como um doente mental de acordo com a (doutora) Maria de Belém\

Deste ponto do debate até o início do excerto que será analisado, MR refuta a acusação de hiperatividade, denunciando o comportamento inadequado ou desviante da adversária durante a campanha, e MB justifica a acusação. No excerto selecionado e transcrito a seguir, o candidato busca levar a adversária a conceder que a suposta hiperatividade de que ela o acusou seria não um defeito, mas uma qualidade. O excerto começa aos 11m53 e termina aos 12m40 do debate.¹²

(4)

MR: (1) mas [a minha hiperatividade] teve um efeito colateral positivo/ (2) tá a ver como a minha hiperatividade ali a minha instabilidade ali foi essencial para dar estabilidade ao país//

MB: (3) mas acha que sim//

MR: (4) foi ou não foi//

MB: (5) tem a certeza disso//

MR: (6) foi ou não foi//

MB: (7) olha eu já/

MR: (8) foi ou não foi//

MB: (9) aquilo que eu devo dizer-lhe/. (10) aquilo que fez/.

MR: (11) sim\

MB: (12) em termos de:/ eh:/

MR: (13) estabilidade e viabilização dos órgãos dos orçamentos\

MB: (14) viabilização dos orçamentos/

MR: (15) não foi bom para o país//

MB: (16) como é evidente teve outras contrapartidas não é//

MR: (17) quais contrapartidas//

MB: (18) teve contrapartidas/.

MR: (19) ah teve//

MB: (20) porque da mesma maneira que viabilizou no orçamen... no parlamento/. (21) pois também como sabe houve outras maneiras de moedas de troca/.

MR: (22) quais foram as moedas de troca//

MB: (23) e foi e foi que houve uma revisão constitucional/.

MR: (24) pois foi//

MB: (25) e se sabe perfeitamente bem o que é que se passou nessa revisão constitucional/ (26) e depois também se sabe o que dizia no âmbito do seu partido para convencer as pessoas daquilo que diz fui contra as (reuniões) do meu partido (27) como inda ontem/.

MR: (28) e fui\

MB: (29) o ouvi dizer).

MR: (30) e fui\

Do ponto de vista macroestrutural, o excerto constitui uma troca formada por uma intervenção de pergunta composta pelos atos (1–6) e cujo responsável principal é MR, por um esboço de resposta de MB formado pelo ato (7), por uma contra-proposição de MR formada pelo ato (8) e por uma intervenção de resposta composta pelos atos (9–30)

¹² A numeração indica a segmentação do texto em atos.

e cuja responsável principal é MB. A macroestrutura do excerto é representada na Figura 2 (troca = T, intervenção = I, ato = A, iniciativa = In, reativa = Re).

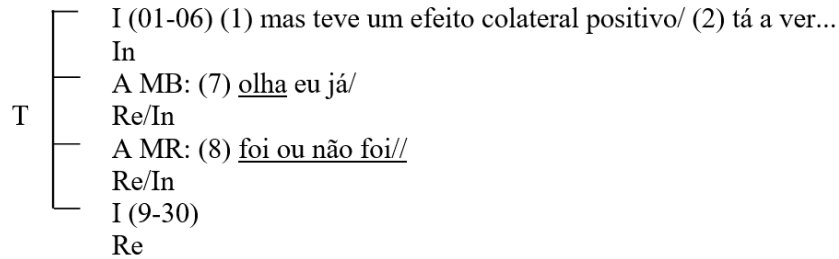


Figura 2. Macroestrutura do excerto.

As intervenções de pergunta (1–6) e de resposta (9–30) apresentam uma complexidade estrutural elevada, complexidade que se deve às várias negociações secundárias iniciadas por ambos os interlocutores. Na intervenção formada pelos atos (1–6), MR formula a pergunta em (1–2): “(1) mas [a minha hiperatividade] teve um efeito colateral positivo/ (2) tá a ver como a minha hiperatividade ali a minha instabilidade ali foi essencial para dar estabilidade ao país//”. Do ponto de vista ritual, a pergunta reativa o tópico da hiperatividade e, por isso, focaliza o território do próprio candidato (suas características psíquicas). Segundo MR, na passagem que antecede esse excerto e que foi anteriormente apresentada, seu território havia sido fortemente atacado e exposto pela adversária, já que, ao acusá-lo de hiperatividade, ela teria questionado sua capacidade para assumir funções públicas, caracterizando-o como um doente mental (“eu fiquei logo caracterizado como um doente mental”), o que constitui uma intensa fonte de estigmatização (Goffman 1975).

No excerto em análise, a abertura da troca pela pergunta composta pelos atos (1–2) constitui o meio escolhido por MR para defender-se do ataque sofrido, buscando levar a adversária e, em especial, o eleitor a crerem que a hiperatividade que lhe foi atribuída não constitui um defeito, mas antes uma qualidade. Por isso, cabe ressaltar que essa pergunta não constituiu uma demanda genuína de informação ou de confirmação (Moeschler 1980), uma vez que, como observado por Kerbrat-Orecchioni (2017), em debates não há um real interesse do candidato que formula a pergunta em conhecer as respostas ou opiniões do adversário. Nos atos (1–2) do excerto, a pergunta constituiu antes um recurso usado pelo candidato para colocar a adversária na situação embaraçosa de o elogiar diante do eleitorado.

Com o ato (3) (“mas acha que sim//”), MB não responde à pergunta, uma vez que tanto a concordância quanto a discordância seriam perigosas para sua autoimagem. Concordando, ela elogiaria o adversário e concederia que a hiperatividade é uma qualidade para o cargo em disputa. Discordando, ela produziria uma refutação, ato de fala que, conforme Moeschler (1982), obriga aquele que refuta a colocar-se em franca oposição em relação à intervenção produzida previamente e a justificar a refutação, o que,

no excerto em análise, contribuiria para acentuar do dissenso já existente e manter no foco de atenção um tópico excessivamente delicado, a hiperatividade.¹³

Para escapar ao dilema, MB opta por abrir uma $T_{S_{cla}}$ cuja proposição inicial, o ato (3), é uma pergunta que põe em dúvida a veracidade do pressuposto da pergunta feita pelo adversário: “a minha hiperatividade ali a minha instabilidade ali foi essencial para dar estabilidade ao país”. Por isso, essa pergunta constitui uma objeção. Com essa objeção, a candidata torna públicas algumas expectativas sobre o modo esperado de se fazer uma asserção em um debate eleitoral. Pondo em dúvida o pressuposto da asserção do adversário, ela implica que este não deve nem proferir informações falsas (o pressuposto), nem usar essas informações para se autoelogiar (apresentar suas qualidades ou refutar atributos avaliados como negativos e previamente atribuídos a ele). Nesse sentido, a objeção de MB sinaliza que, para ela, o adversário adotou um comportamento desviante, ao elaborar uma intervenção inadequada tanto do ponto de vista comunicativo (informações falsas devem ser evitadas (Grice 1975)), quanto do ritual (autoelogios devem ser evitados (Kerbrat-Orecchioni 1992, 1998; Leech 1983, 2014)). Nesse sentido, com o ato (3), a candidata não emprega estratégias para reparar o ataque praticado contra o território do adversário, já que não refuta a acusação que MR lhe endereça, nem nega sua hiperatividade ou sua instabilidade mental.

Em (4), o candidato, em vez de responder à pergunta com que MB inicia a $T_{S_{cla}}$ (ato 3), refaz sua pergunta inicial, mas adotando uma formulação mais sucinta (“foi ou não foi//”). Com isso, MR ignora a troca aberta pela adversária e elabora uma contra-proposição, desenvolvendo o processo de negociação, a fim de forçá-la a reconhecer seus méritos. Na sequência, a candidata adota a linha de conduta seguida previamente e, em vez de responder à pergunta do adversário, abre nova $T_{S_{cla}}$ por meio de uma objeção (“(5) tem a certeza disso//”) que, por ser uma paráfrase da objeção feita em (3), também põe em dúvida o pressuposto da pergunta do adversário. Mantendo a linha de conduta seguida anteriormente, este ignora a nova objeção da adversária e repete, em (6), a pergunta feita em (4) (“foi ou não foi//”), na busca por obrigá-la a produzir uma reação positiva que repare os danos causados pelo ataque prévio, ou seja, a acusação de que MR seria hiperativo.

Na intervenção formada pelos atos (1–6), fica clara a dificuldade que os candidatos experimentam em construir conjuntamente uma pergunta suficientemente adequada para o contexto. De um lado, MB reitera a inadequação da pergunta formulada pelo adversário, sinalizando com cada nova $T_{S_{cla}}$ que ele adotou uma linha de conduta desviante em relação às suas expectativas para o contexto. Afinal, se a candidata produzir uma reação positiva à pergunta do adversário, atribuirá a ele uma qualidade. No gênero debate, a atribuição por um candidato de uma qualidade ao oponente é perigosa para a face do primeiro. No caso do debate em análise, tendo em vista o ataque previamente realizado pela candidata (a acusação de hiperatividade), essa atribuição poderia ser interpretada como uma forma de retratação, o que a colocaria em um lugar bastante inferior em relação ao adversário (Kerbrat-Orecchioni 1992). De outro lado, MR se recusa a colaborar com

¹³ Para maiores detalhes sobre a refutação em debate eleitoral, incluindo a apresentação de sua tipologia, suas condições de produção e de sua marcação linguística, com base em Moeschler (1980, 1982), cf. Cunha (2019b).

a adversária na construção de uma intervenção suficientemente adequada, o que se depreende de sua ação de não responder às perguntas (objeções) de MB, contrariando as expectativas próprias da *pergunta* enquanto ato de fala, que coloca o interlocutor no dever de responder (Kerbrat-Orecchioni 2001), e repetir a pergunta “foi ou não foi//”. Sua recusa se explica pelo fato de que, se o candidato abandonar a estratégia de levar a adversária a reconhecer seus méritos e se retratar, permanecerá com o território atacado.

Como o candidato, apenas repetindo a pergunta, se nega a torná-la mais adequada, a adversária, em (7), parece iniciar uma reação a essa pergunta, como se depreende da entonação afirmativa do ato: “olha eu já”. Porém, possivelmente por supor que ela reagirá de forma negativa, MR logo a interrompe e repete, em (8), a pergunta “foi ou não foi//”.

Desenvolvendo desse modo o processo de negociação, os adversários contribuem para a construção de um contexto bastante conflituoso, em que as expectativas de cada candidato sobre a maneira de agir nesse contexto não coincidem ou coincidem apenas parcialmente com as do outro. Isso porque, se para MR, a adversária deve responder à pergunta, para MB uma reação só será possível se antes o adversário elaborar uma pergunta suficientemente adequada ou que não viole suas expectativas para o contexto.

Como anteriormente exposto, a violação de expectativas que se ligam aos aspectos informacionais e que, por isso, não dizem respeito diretamente à dimensão ritual ou dramática do discurso pode ser julgada ofensiva. É o que revelam os atos (1–8) do debate. Ainda que a troca seja motivada pelo ataque ao território de MR e constitua o meio por ele escolhido para obter uma reparação, os adversários, nesses atos, não denunciam a violação de expectativas rituais. Afinal, nas perguntas que endereça à adversária, o candidato não a recrimina pela acusação previamente realizada. O que ele faz é evidenciar a recusa de MB a responder. Da mesma forma, em suas objeções, a candidata não repreende o adversário pela tentativa de, por meio da repetição da pergunta “foi ou não foi//”, obrigá-la a responder e, desse modo, restringir sua liberdade de ação (Brown & Levinson 1987). O que ela faz é evidenciar a recusa de MR a elaborar uma pergunta adequada e completa. Nesse sentido, o que cada candidato denuncia é a violação pelo adversário de expectativas comunicativas.

Porém, porque o debate eleitoral tem se tornado indissociável das figuras políticas que o protagonizam, personalizando-se cada vez mais (Marques 2017), e porque, no excerto em análise, toda a disputa é motivada e fortemente tensionada pela busca de um dos adversários (MR) de reparar seu território, a denúncia da violação de expectativas comunicativas assume, nesse excerto, uma função claramente (ou sobretudo) ritual. Nesse sentido, no jogo político que constitui o debate, a denúncia mesmo da violação de expectativas puramente comunicativas por um dos candidatos pode servir para mostrar ao público (eleitorado) que o adversário está com a face errada. A estrutura hierárquica presente na Figura 3 representa o processo de negociação desenvolvido até o momento (troca = T, intervenção = I, ato = A, principal = p, subordinado = s, clarificação = cla, iniciativa = In, reativa = Re, Ø = elipse de intervenção esperada).

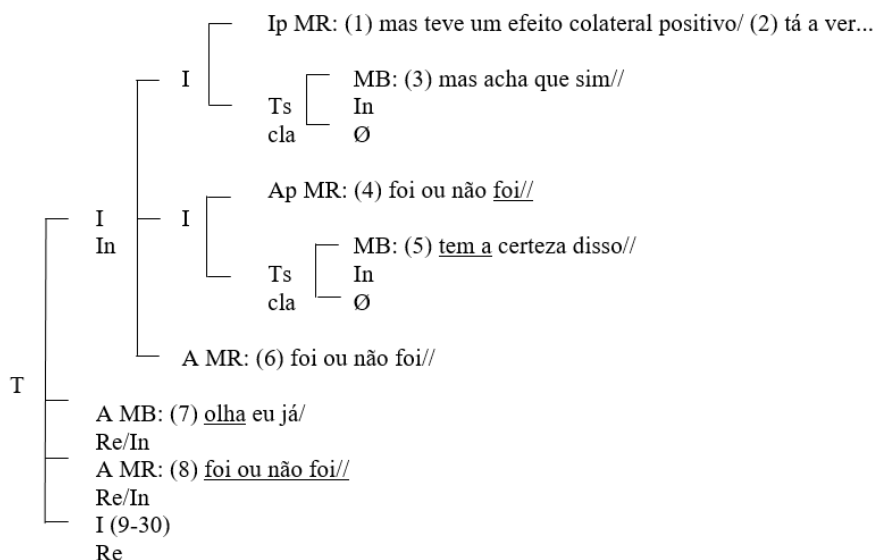


Figura 3. Estrutura hierárquica (atos 1-8).

Um processo de negociação tenso também se verifica na elaboração da resposta da candidata, resposta que é formada pelos atos (9–30). Inicialmente, MB formula o tópico de sua resposta na intervenção formada pelos atos (9–14). Essa formulação, no entanto, se dá de forma dialogal, já que o adversário interfere em duas ocasiões. Na primeira, dizendo “sim” (ato 11), ele produz uma reação positiva à fala da adversária (“(9) aquilo que eu devo dizer-lhe/. (10) aquilo que fez/.”), sinalizando mais uma postura de atenção e menos um acordo quanto à informação expressa. Para Roulet, reações como essa têm por função sinalizar a incompletude da intervenção precedente e indicar que seu produtor ouviu a intervenção, mas, dada sua incompletude, ainda não pode tomar uma posição (Roulet *et al.* 1985).¹⁴

Na segunda ocasião, o adversário aproveita a dificuldade de MB em formular o ato (12), reduzido ao início de um sintagma preposicional (“em termos de:/ eh:/”)¹⁵, para complementá-lo: “(13) estabilidade e viabilização dos órgãos dos orçamentos\|”. Com essas interferências, MR transforma trechos da fala da adversária nas intervenções iniciativas de trocas subordinadas com função de preparação, criando o efeito de que a adversária precisa de seu auxílio para construir uma intervenção suficientemente adequada.¹⁶ É o que revela na Figura 4 a estrutura da intervenção formada pelos atos (9–14) (troca = T, intervenção = I, ato = A, principal = p, subordinado = s, preparação = pre, iniciativa = In, reativa = Re, Ø = elipse de intervenção esperada).

¹⁴ Função semelhante é atribuída por Urbano (2006) aos marcadores discursivos interacionais de *feedback*, como *uhn uhn* e *certo*.

¹⁵ A dificuldade da candidata em formular o ato (12) se expressa no alongamento de vogal (“de:”) e na presença do marcador conversacional “eh”.

¹⁶ Porque este trabalho focaliza as trocas subordinadas de clarificação (T_{s,cla}), não desenvolveremos aqui o estudo das trocas subordinadas de preparação, que devem constituir objeto de estudo futuro.

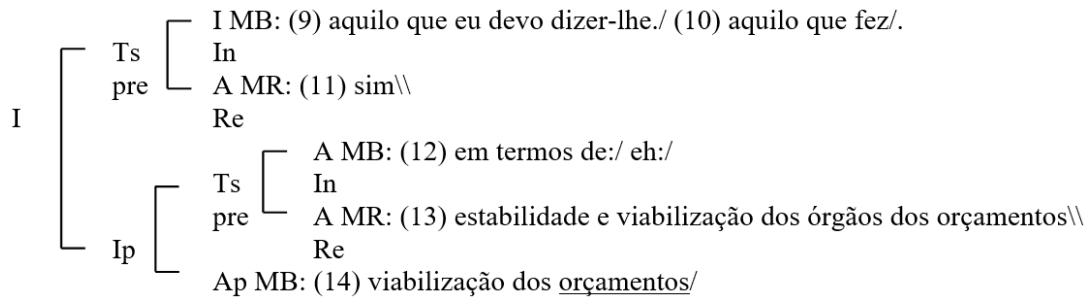


Figura 4. Estrutura hierárquica (atos 9-14).

No ato (14), a entonação ascendente de MB indica seu propósito de continuar a elaboração de sua intervenção, dado que até esse momento ela havia apenas expressado o tópico da resposta, como revelam os atos produzidos apenas pela candidata até o momento:

(5)

MB: (9) aquilo que eu devo dizer-lhe/. (10) aquilo que fez/.

MB: (12) em termos de:/ eh:/

MB: (14) viabilização dos orçamentos/

Porém, com o ato (15) (“não foi bom para o país//”), MR a interrompe, abrindo a primeira das cinco $T_{S_{cla}}$ que ele abrirá até o final do excerto. Cabe notar que, com o ato (15), o candidato recupera a pergunta feita anteriormente (“foi ou não foi//”), mas sem reativar ao tópico sensível da hiperatividade. Em (16), a resposta de MB (“como é evidente teve outras contrapartidas não é//”) não é explicitamente nem afirmativa, nem negativa. Contudo, ao mencionar “outras contrapartidas”, a candidata permite a inferência de que a ação de MR foi sobretudo problemática ou ruim para o país. Por isso, essa resposta pode ser avaliada pelo adversário como uma crítica a ele. Porém, para atenuar o grau de agressividade da crítica (Briz 2013), MB se vale de duas estratégias. Com a expressão “como é evidente”, a candidata se desresponsabiliza pela informação, que seria sabida de todos; com o regulador fático-enunciativo (Briz 2013) “não é//”, busca a concordância do adversário.

A essa resposta o candidato não reage nem afirmativa, nem negativamente. Ele opta por fazer nova objeção, abrindo uma segunda $T_{S_{cla}}$: “(17) quais contrapartidas//”. Com essa objeção, que revela a incompletude da resposta da adversária, MR evidencia que, de fato, a interpretou como uma crítica. O candidato adota essa mesma linha de conduta em outras três ocasiões, ao elaborar os atos (19) – “ah teve//” –, (22) – “quais foram as moedas de troca//” – e (24) – “pois foi//”. O exame mais atento do excerto formado pelos atos (15–24), que reproduzimos a seguir, permite ressaltar uma particularidade do modo como MR se vale da $T_{S_{cla}}$ como estratégia para “ganhar pontos” sobre a adversária:

(6)

MR: (15) não foi bom para o país//

MB: (16) como é evidente teve outras contrapartidas não é//

MR: (17) quais contrapartidas//

MB: (18) teve contrapartidas/.

MR: (19) ah teve//

MB: (20) porque da mesma maneira que viabilizou no orçamen... no parlamento/. (21) pois também como sabe houve outras maneiras de moedas de troca/.

MR: (22) quais foram as moedas de troca//

MB: (23) e foi e foi que houve uma revisão constitucional/.

MR: (24) pois foi//

Nos atos (17), (19), (22) e (24), todas as objeções feitas pelo candidato constituem exemplos de ressonâncias, ou seja, “relações de mapeamento léxico-estrutural que se dão entre enunciados de interlocutores diferentes em situação de interação dialógica” (Saraiva 2008, p. 158). Conforme Du Bois (2014), o fenômeno das ressonâncias costuma ocorrer em momentos de maior envolvimento entre os participantes da interação. Nesses momentos, um dos locutores “reutiliza, em seu enunciado, recursos linguísticos (padrões, estruturas, itens léxicos etc.) que acabaram de ser usados por seu interlocutor” (Saraiva 2008, p. 158), com o objetivo de provocar diferentes efeitos de sentido, dentre eles a discordância (Du Bois 2014; Saraiva 2008). É o que ocorre no excerto em análise. Em todas as suas objeções, MR recupera itens léxicos, como substantivos e verbos, das asserções previamente produzidas por MB, para elaborar objeções que denunciam a incompletude comunicativa e ritual dessas mesmas asserções, colocando-as em dúvida.

Nesse sentido, os enunciados ressoantes com que MR abre as $T_{S_{cla}}$ lhe permitem revelar, ao mesmo tempo, expectativas (comunicativas e rituais) sobre a maneira mais adequada de se formular uma resposta em um debate eleitoral e o comportamento desviante da adversária em relação a essas mesmas expectativas, marcando de forma ainda mais acentuada a forte discordância existente entre os adversários. Do ponto de vista comunicativo, essas expectativas dizem respeito à necessidade de que as intervenções da adversária sejam suficientemente claras (máxima do modo para Grice (1975)), o que faz dessas $T_{S_{cla}}$ típicas sequências de autorreparo hetero-iniciado (Schegloff 2000, 2007; Schegloff *et al.* 1977). Do ponto de vista ritual, dizem respeito à necessidade de que as intervenções da adversária não constituam críticas ao candidato ou ao grupo que representa, não trazendo informações que desmereçam suas ações passadas (máxima da aprovação para Leech 2014). A abertura das $T_{S_{cla}}$ constitui, assim, o meio escolhido por MR para revelar e tentar reparar as ofensas decorrentes da violação dessas expectativas.

Após a abertura dessas várias trocas subordinadas, os interlocutores entendem ter produzido conjuntamente uma resposta suficientemente completa, uma vez que novas $T_{S_{cla}}$ não são abertas no excerto. Com a intervenção formada pelos atos (25–27) (“(25) e se sabe perfeitamente bem o que é que se passou nessa revisão constitucional/ (...)”), MB responde à pergunta feita pelo candidato em (24): “pois foi//”. A essa resposta ele, pela primeira vez no excerto, reage positivamente em (28) (“e fui”), interrompendo a adversária no momento em que produzia o ato (27) (“como inda ontem/.”), que será completado em (29) (“o ouvi dizer\.”). A esse ato (29) MR reage novamente de forma positiva em (30), repetindo “e fui”. Complementando a 4, a Figura 5 apresenta a estrutura hierárquica de toda a resposta formada pelos atos (9–30) (troca = T, intervenção

= I, ato = A, principal = p, subordinado = s, clarificação = cla, preparação = pre, iniciativa = In, reativa = Re, Ø = elipse de intervenção esperada).

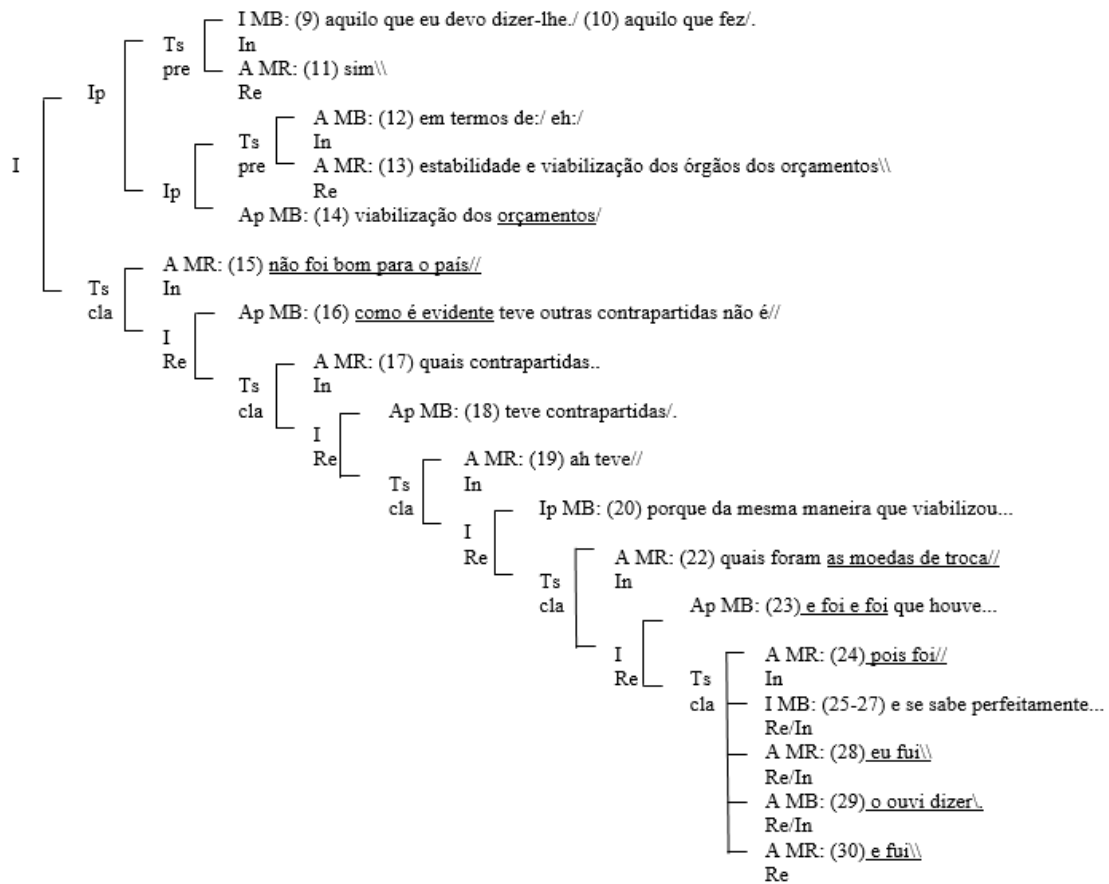


Figura 5. Estrutura hierárquica (atos 9-30).

Como evidencia a análise realizada até o momento, a abertura reiterada de Ts_{cla} constitui um indício importante de que os interlocutores optaram por seguir um processo de negociação conflituoso, atuando, assim, na construção de um contexto polêmico. Na pergunta (1–6), as trocas abertas por MB lhe permitiram evidenciar que, do seu ponto de vista, o adversário foi incapaz de produzir uma pergunta suficientemente completa (verdadeira), violando, desse modo, expectativas da candidata para o debate. Já na resposta (9–30), as trocas abertas por MR lhe possibilitaram fazer várias objeções sobre a falta de clareza e sobre a crítica implícita na resposta da adversária.

Como se percebe, em todo o excerto, a recorrência da abertura das Ts_{cla} tem um efeito devastador para as faces e os territórios em jogo. Com esse tipo de troca subordinada, o candidato que a inicia busca levar (o eleitor) a crer que o adversário adotou uma linha de conduta desviante em relação ao que se espera, em um debate eleitoral, de um candidato a um cargo público, o que resultou na elaboração de uma intervenção inadequada (falsa, incompleta). Por isso, no debate, a Ts_{cla} surge como um recurso para aquele que a inicia tentar desacreditar o adversário, colocando-o em dificuldade diante do eleitor. Nesse sentido, a Ts_{cla} constitui um procedimento bem adaptado a um gênero como

o debate eleitoral, em que o confronto entre os interlocutores e a demarcação de posições inconciliáveis são o comportamento esperado, como revela Marques:

Enquanto subgénero do discurso político, o debate, e em particular o debate político eleitoral, é um género agonal, de radicalização do dissenso, de confronto direto entre os participantes, que pretendem obter a adesão dos eleitores não apenas pelas propostas programáticas que apresentam mas também, talvez sobretudo, pela descredibilização do adversário político e credibilização própria, o que os aproxima de um registo populista. (2017, p. 17)

O papel estratégico que a T_{scla} pode exercer em um debate se deve à sua funcionalidade mais geral. Como vimos, a abertura de uma T_{scla} é, conforme sua caracterização formal e funcional (*cf.* itens anteriores), um recurso com que o interlocutor evidencia que, de seu ponto de vista, a linha de conduta seguida pelo locutor e, conseqüentemente, o “eu projetado” por ele (Goffman 1956, 1967) estão em desacordo (total ou parcial) com a linha de conduta que deveria ter seguido e com o eu que, em função dessa linha, deveria ter projetado. Em outros termos, a abertura de uma T_{scla} é um recurso com que o interlocutor evidencia que o locutor está “com a face errada” para o encontro.

5. Considerações finais

Desenvolvendo pesquisa sobre as propriedades estruturais de interações polêmicas (Cunha 2019a), este trabalho investigou o papel das trocas subordinadas de clarificação (T_{scla}). Segundo a caracterização formal e funcional que propusemos, uma T_{scla} é uma troca com a qual o interlocutor faz uma objeção à forma como o locutor elaborou sua intervenção. Por isso, essa troca tem um estatuto de subordinada em relação às informações expressas nessa intervenção. A objeção com que o interlocutor abre a T_{scla} pode recair sobre aspectos comunicativos e/ou rituais da intervenção do locutor. Independentemente do aspecto (comunicativo e/ou ritual) que focaliza, a objeção influencia diretamente a gestão das faces e dos territórios em jogo, porque revela que, do ponto de vista do interlocutor, o locutor violou expectativas contextuais e adotou, por isso mesmo, um comportamento desviante e ofensivo.

Por meio da análise do excerto de debate eleitoral cujos protagonistas foram os então candidatos à Presidência da República de Portugal, Marcelo Rebelo de Sousa (atual Presidente da República) e Maria de Belém Roseira, foi possível verificar que, de fato, a abertura de uma troca desse tipo tem conseqüências interacionais significativas. Abrindo esse tipo de troca subordinada durante a elaboração da pergunta pelo candidato, a adversária coloca em dúvida a veracidade do pressuposto da própria pergunta e, com isso, a idoneidade ou a confiabilidade do candidato, não amenizando ou reparando o ataque previamente cometido contra ele (a acusação de que o adversário seria hiperativo). Agindo assim, ela sugere que o adversário adotou um comportamento desviante em relação ao comportamento esperado para um candidato à Presidência da República em um debate. Portanto, com a T_{scla} , a candidata busca levar a crer que o adversário adotou um comportamento ofensivo.

Já o candidato, ao abrir esse mesmo tipo de troca na elaboração da resposta pela adversária, busca levar o eleitor a crer que a resposta é inadequada, por ser insuficientemente clara e por poder ser interpretada como uma crítica a ele. Agindo desse modo, o candidato também sugere que a adversária adotou um comportamento desviante em relação ao comportamento esperado para um candidato à Presidência da República em um debate. A análise revelou, assim, que, no debate, a $T_{S_{cla}}$ surge como um recurso para aquele que a inicia tentar desacreditar o adversário, colocando-o em dificuldade diante do eleitor.

O interesse dos resultados obtidos neste estudo está em propor uma caracterização formal e funcional de uma propriedade estrutural específica do discurso, a $T_{S_{cla}}$, e em revelar o papel dessa propriedade na co-construção de contextos marcados pela polêmica e pelo dissenso entre os interlocutores. Desse modo, o que o estudo da forma e da função da $T_{S_{cla}}$ revela é que o contexto não constitui uma entidade pré-existente à interação ou um quadro estático no interior do qual os interlocutores agem. Ao contrário, o contexto ou, mais especificamente, o conjunto de parâmetros que levam os interlocutores a adotarem uma dada linha de conduta em um tipo de situação é revelado por eles por meio do modo como agem e é objeto de constantes redefinições e disputas ao longo da interação.

Financiamento: Agradeço ao CNPq a concessão da bolsa de Produtividade em Pesquisa (nível 2). Processo: 304244/2019-8.

Referências

- Amossy, R. (2017). *Apologia da polêmica*. São Paulo: Contexto.
- Bousfield, D. (2007). Beginnings, middles and ends: A biopsy of the dynamics of impolite exchanges. *Journal of Pragmatics*, 39(12), 2185–2216. <https://doi.org/10.1016/j.pragma.2006.11.005>
- Briz, A. (2013). A atenuação e os atenuadores: Estratégias e táticas. *Linha d'Água*, 26(2), 281–314. <https://doi.org/10.11606/issn.2236-4242.v26i2p281-314>
- Bronckart, J. P. (2007). *Atividade de linguagem textos e discursos. Por um interacionismo sócio-discursivo*. São Paulo: EDUC.
- Brown, P., & Levinson, S. (1987). *Politeness. Some universals in language use*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Culpeper, J. (2011). *Impoliteness. Using language to cause offense*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Culpeper, J., Bousfield, D., & Wichmann, A. (2003). Impoliteness revisited: with special reference to dynamic and prosodic aspects. *Journal of Pragmatics*, 35(10–11), 1545–1579. [https://doi.org/10.1016/S0378-2166\(02\)00118-2](https://doi.org/10.1016/S0378-2166(02)00118-2)
- Cunha, G. X. (2017). O impacto da dimensão situacional do discurso sobre a articulação textual. *Calidoscópico*, 15, 375–387.
- Cunha, G. X. (2019a). Estratégias de impolidez como propriedades definidoras de interações polêmicas. *Delta*, 35(2), 1–28. <https://doi.org/10.1590/1678-460x2019350208>
- Cunha, G. X. (2019b). Caracterização e funcionamento da refutação em debate eleitoral. *Cadernos de Letras da UFF*, 30(59), 147–176. <https://doi.org/10.22409/cadletrasuff.2019n59a696>
- Cunha, G. X. (2020). Elementos para uma abordagem interacionista das relações de discurso. *Linguística*, 36, 107–129. <https://doi.org/10.5935/2079-312x.20200017>

- Cunha, G. X. (2021). Relações de discurso e completude monológica: o impacto da restrição ritual sobre o estabelecimento das relações interativas. *Forma y Función*, 34, 1–24. <https://doi.org/10.15446/fyf.v34n1.84576>
- Cunha, G. X., Braga, P. B., & Brito, D. M. (2019). As funções figurativas do comentário metadiscursivo em debates eleitorais. *Cadernos de linguagem e sociedade*, 20(2), 168–187. <https://doi.org/10.26512/les.v20i2.24445>
- Cunha, G. X., & Tomazi, M. M. (2019). O uso agressivo da linguagem em uma audiência: uma abordagem discursiva e interacionista para o estudo da im/polidez. *Calidoscópio*, 17, 297–319.
- Doury, M., & Kerbrat-Orecchioni, C. (2011). La place de l'accord dans l'argumentation polémique: Les cas du débat Sarkozy/Royal (2007). *A contrario*, 16(2), 63–87. <https://doi.org/10.3917/aco.112.0063>
- Du Bois, J. (2014). Towards a dialogic syntax. *Cognitive Linguistics*, 25(3), 359–410. <https://doi.org/10.1515/cog-2014-0024>
- Filliettaz, L. (2000). *Actions, activités et discours*. (Tese de doutorado em Linguística, Faculdade de Letras, Universidade de Genebra, Genebra).
- Filliettaz, L. (2006). La place du contexte dans une approche praxéologique du discours. Le cas de l'argumentation dans les interactions scolaires. *Pratiques*, 129-130, 71–88. <https://doi.org/10.3406/prati.2006.2097>
- Filliettaz, L. (2014). L'interaction langagière: Un objet et une méthode d'analyse en formation des adultes. In J. Friedrich & J. Castro (Eds.), *Recherches en formation des adultes. Un dialogue entre concepts et réalité* (pp. 127–162). Dijon: Éditions Raison et Passions.
- Garfinkel, H. (2018). *Estudos de etnometodologia*. Petrópolis: Vozes. (Obra original publicada em 1967).
- Goffman, E. (1956). The nature of deference and demeanor. *American Anthropologist*, 58(3), 473–502. <https://doi.org/10.1525/aa.1956.58.3.02a00070>
- Goffman, E. (1967). On face-work. An analysis of ritual elements in social interaction. In E. Goffman (Ed.), *Interaction Ritual. Essays on face-to-face behavior* (pp. 5–45). New York: Pantheon Books. (Obra original publicada em 1955).
- Goffman, E. (1973). *La mise en scène de la vie quotidienne. Les relations em public*. Paris: Les Éditions de Minuit.
- Goffman, E. (1975). *Stigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Grice, H. P. (1975). Logic and conversation. In P. Cole & J. L. Morgan (Eds.), *Syntax and semantics. Vol. 3, Speech acts* (pp. 41–58). New York: Academic Press.
- Holtgraves, T. (1994). Communication in context: effects of speaker status on the comprehension of indirect requests. *Journal of Experimental Psychology. Learning, Memory and Cognition*, 20(5), 1205–1218. <https://doi.org/10.1037//0278-7393.20.5.1205>
- Kerbrat-Orecchioni, C. (1992). *Les interactions verbales II*. Paris: Armand Colin.
- Kerbrat-Orecchioni, C. (1995). Introduction. In C. Kerbrat-Orecchioni & C. Plantin (Eds.), *Le trilogie* (pp. 1–28). Lyon, Presses Universitaires de Lyon.
- Kerbrat-Orecchioni, C. (1998). *L'implicite*. Paris: Armand Colin.
- Kerbrat-Orecchioni, C. (2001). *Les actes de langage dans le discours. Théorie et fonctionnement*. Paris: Nathan.
- Kerbrat-Orecchioni, C. (2017). *Les débats de l'entre-deux-tours des élections présidentielles françaises: Constantes et évolutions d'un genre*. Paris: L'Harmattan.
- Leech, G. (1983). *Principles of pragmatics*. London: Longman.
- Leech, G. (2014). *The pragmatics of politeness*. Oxford: Oxford University Press.
- Marques, M. A. (2008). Quando a cortesia é agressiva. Expressão de cortesia e imagem do outro. In F. Oliveira & I. M. Duarte (Eds.), *O fascínio da linguagem: Actas do colóquio de homenagem a Fernanda Irene Fonseca* (pp. 277–296). Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Disponível em <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/6710.pdf>
- Marques, M. A. (2017). Debate eleitoral português: presidencialização e estratégias de atenuação linguística em situação de confronto político. *Linha d'Água*, 30(1), 9–33. <https://doi.org/10.11606/issn.2236-4242.v30i1p9-33>

- Moeschler, J. (1980). La réfutation parmi les fonctions interactives marquant l'accord et le désaccord. *Cahiers de linguistique française*, 1, 54–78.
- Moeschler, J. (1982). *Dire et contredire: Pragmatique de la négation et acte de réfutation dans la conversation*. Berne: Peter Lang.
- Oléron, P. (1995). Sur l'argumentation polémique. *Hermès*, 16(2), 15–27. <https://doi.org/10.4267/2042/15179>
- Rodrigues, I. (2006). Modalidades verbais e não-verbais na interação face a face: Duas reparações. *Veredas*, 10(1), 1–19.
- Rodrigues, S. (2005). Contributos para o estudo da polémica em Camilo Castelo Branco: A diversidade de formatos discursivos. In G. Rio-Torto, O. Figueiredo, & F. Silva (Eds.), *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Mário Vilela* (pp. 849–866). Porto: Faculdade de Letras do Porto.
- Rodrigues, S. (2008). A estrutura dialogal da polémica: Aspectos configuracionais. *Estudos Linguísticos /Linguistic Studies*, 1, 273–283.
- Rodrigues, S., & Silvano, P. (2015). Algumas propriedades temporais das sequências de retoma em textos de polémica. In S. Azzopardi & S. Sarrazin (Eds.), *Langage et dynamiques de sens. Études de linguistique ibéro-romane* (pp. 143–161). Bern: Peter Lang.
- Roulet, E. (1982). De la structure dialogique du discours monologal. *Langues et Linguistique*, 8(1), 65–84.
- Roulet, E. (1986). Complétude interactive et mouvements discursifs. *Cahiers de linguistique française*, 7, 189–206.
- Roulet, E. (1987). Complétude interactive et connecteurs reformulatifs. *Cahiers de linguistique française*, 8, 111–140.
- Roulet, E. (1989). Une forme peu étudiée d'échange agonale: La controverse. *Cahiers de praxématique*, 13, 7–18.
- Roulet, E. (1999). *La description de l'organisation du discours. Du dialogue au texte*. Paris : Didier.
- Roulet, E. (2006). The description of text relation markers in the Geneva model of discourse organization. In K. Fischer (Ed.), *Approaches to discourse particles* (pp. 115–131). Amsterdam: Elsevier.
- Roulet, E., Auchlin, A., Moeschler, J., Rubattel, C., & Schelling, M. (1985). *L'articulation du discours en français contemporain*. Berne : Peter Lang.
- Roulet, E., Filliettaz, L., & Grobet, A. (2001). *Un modèle et un instrument d'analyse de l'organisation du discours*. Berne: Peter Lang.
- Saraiva, M. (2008). Marcas de subjetividade em enunciados ressoantes em português. *Alfa*, 52(1), 157–166.
- Schegloff, E. A. (2000). When 'others' initiate repair. *Applied Linguistics*, 21(2), 205–243. <https://doi.org/10.1093/applin/21.2.205>
- Schegloff, E. A. (2007). *Sequence organization in interaction: A primer in Conversation Analysis I*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Schegloff, E. A., Jefferson, G., & Sacks, H. (1977). The preference for self-correction in the organization of repair in conversation. *Language*, 53(2), 361–382. <https://doi.org/10.2307/413107>
- Urbano, H. (2006). Marcadores discursivos basicamente interacionais. In C. Jubran & I. Koch (Eds.), *Gramática do português culto falado no Brasil. Construção do texto falado* (pp. 497–527). Campinas: Editora da UNICAMP.
- Vion, R. (1992). *La communication verbale. Analyse des interactions*. Paris: Hachette.

[recebido em 16 de fevereiro de 2020 e aceite para publicação em 09 de abril de 2021]